

Subsídios para uma Protogramática do Galego-Português

Amadeu Torres *

0. Escreveu Descartes no *Discurso do método*: “Quando se tem demasiada curiosidade acerca das coisas que se faziam no passado, fica-se quase sempre na ignorância das que têm lugar no presente”. Eis uma objurgatória que, com justeza, se aplica ao predomínio exaltante da linguística nascida como ciência do séc. XIX, para cem anos volvidos vir a aplicar-se, mercê das correntes sobretudo estruturalistas, em exaltação oposta. De facto, enquanto aqueles, sob o influxo do classicismo redescoberto e do romantismo histórico-literário, quase se esgotaram em “laudatores temporis acti”, estes se esqueceram de que as línguas não brotaram no seu tempo por geração espontânea ou por mítica intervenção súbita como Minerva jupiteriana. Hoje, felizmente, pode afirmar-se que, emparceirando com dezenas de gramáticas de variadíssima textura ¹, desde as normativo-preceptivas ou descritivas, às científico-sincrónicas consoante as múltiplas escolas com que se abonam, ocupam o merecido lugar, ou retornam a ocupá-lo, as gramáticas históricas, numa convivência pacífica e até certo ponto solidária após a conjuntura de guerra fria de décadas atrás.

De resto, esta interdependência e condicionamento mútuo entre a sincronia e a diacronia, modernamente relevada por Coseriu, e antes dele por R. Jakobson, J. Kurylowicz, E. Benveniste e Martinet, é já do tempo da história de exemplaridades de Heródoto, da história literária de Tucídides e, mais tarde, de Tácito, da filosofia da história de S.^{to} Agostinho ou de Paulo Orósio, da história do dinamismo das multidões à Michelet ou das grandes personalidades à Carlyle; e não menos da história do “mundo consuetudionário, como assinala Philippe Ariès” ². A gramática andou sempre, conquanto em grau mínimo às vezes, ligada à história, não raro mitológica e legendária, desde quando surgiu, na Alexandria helénica, embalada pela filologia e pelo labor etimológico que, durante largos séculos, englobou a morfologia e a indagação da origem das palavras. Recordem-se a propósito o maior erudito da Hispânia visigótica, S. Isidoro de Sevilha, e os 20 livros das suas *Ethimologiae*.

Contudo, não obstante o ar de família em relação a um estema genealógicamente recuado e então em voga, a gramática histórica de uma língua determinada e fruidora do estatuto de cientificidade, só aparece por obra dos irmãos Grimm, sobretudo Jacob, gramática esta coeva da comparativa de Bopp e da das línguas românicas de Diez. Daí em diante o gramaticalismo histórico plurifica-se, assim como os dicionários concernentes em que aliás os Grimm também se evidenciaram. Entre nós são sobejamente conhecidos, num ou noutro labor, Epifânio da Silva Dias, José Joaquim Nunes, Martins Sequeira, Rodrigues Lapa, Sousa da Silveira, Serafim da Silva Neto, Said Ali, Joseph Hüber, Silveira Bueno, Lindley Cintra, Manuel de Paiva Boleo, Ismael de Lima Coutinho, Leite de Vasconcelos, Antenor Nascentes, António Houaiss, José Pedro Machado.

* Prof. Catedrático da Universidade Católica Portuguesa e Prof. Catedrático conv. da Universidade do Minho.

¹ São muitas as gramáticas do português. A investigação mais recente e quase exaustiva a tal respeito é de Simão Cardoso, *Historiografia gramatical* (1500-1920), Porto, Faculdade de Letras, 1994. Vd. também Innocencio Francisco da Silva, *Diccionario bibliographico português*, 23 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1858-1923, com 2.^a edição, na mesma Imprensa Nacional, em 1924-1927.

² Cfr. *O tempo da história* [*Le Temps de l'histoire*, 1986], trad. de Miguel Serras Pereira, Lisboa, Relógio d'Água, 1992, p. 75.

No respeitante ao idioma galego, Juan Corominas, García de Diego e a recentíssima e bem provida *Gramática histórica*, em 2 vols. (1996-1999) de Manuel Ferreiro³; além de estudos sectoriais, restritos ou alargados e de grande valor, tais os de Ramón Lorenzo, Zamora Vicente, Fray Martín Sarmiento, José Luís Pensado, Romero Monteagudo, Rivas Quintás, Constantino García, Carballo Calero e José Luís Rodrigues. A estes acrescentam outros autores que se debruçaram sobre uma ou ambas as margens do Minho, como Augusto Magne, Bertil Maler, Walter Mettmann, Rudolf Rübekamp, Harri Meier, Joseph-M. Piel, J. G. Herculano de Carvalho, M. H. Mira Mateus, Azevedo Ferreira, Isabel V. Cepeda, Clarinda de Azevedo Maia. Todos eles, assim como os citados mais acima, enriqueceram quer a historiografia linguística quer a história da língua, consoante o teor dos seus trabalhos; todavia, é claríssimo que isso aconteceu no domínio gramatical do respectivo idioma já existente em acto e, por tal razão, mais susceptível de explicitar a própria gramática, quer histórica quer não.

Mas a determinada língua *em acto* precedeu-a evidentemente uma língua *em potência*, em virtualidades de incubação; e, por conseguinte, a qualquer gramática primigénia quem lhe abriu o caminho não foi senão uma protogramática, no caso do galego-português situada para trás de finais do séc. XII, isto é, para lá da primeira atestação documental daquele.

1. Estremados assim os campos, não custa aceitar que uma parte notável dos contributos dos linguistas já aludidos se refere também à pré-história da língua luso-galaica ou galaico-lusa, isto é, àquela época que Ernst Gamillscheg⁴ acertadamente chamou “Vorgeschichte” e Helmut Lüdtke parece tacitamente aplaudir ao intitular três artigos publicados em 1953 sob a epígrafe geral de “Notas de paleontologia linguística”⁵. Ora até ao presente continua por colmatar o hiato de um ou dois séculos, pelo menos, entre a história e a pré-história linguísticas, visto que nos falta a “Urgeschichte”, a proto-história portanto. Por outras palavras, temos as gramáticas da diacronia que retrogradam para o estrato, os superstratos e substratos, o que se lexicalmente é muito válido, não me atrevo a concluir que o seja gramaticalmente, apesar de abundarem os materiais para tal empreendimento nos tombos mais esconsos dos arquivos, nos numerosos cartulários dos mosteiros e igrejas catedrais, nos livros de foros e em colectâneas como os *Portugaliae Monumenta Historica* (PMH) e similares⁶. Isto quanto a Portugal. Neste particular, porém, sabe-se que é riquíssimo o património galego, com seus mais de 20.000 pergaminhos soltos e outros acervos, o que faz dele o segundo de Espanha, somente ultrapassado pelo da Catalunha⁷.

Claro que em nossos dias, subalternizadas como estão as línguas clássicas, em Portugal e não menos em Espanha, aumentaram as dificuldades de abordagem, visto implicarem um pronunciado domínio da latinidade. Quem dos primeiros se afoitou a arrostar com elas, um tanto aturadamente e não sem êxito que me apraz registar, foi Norman P. Sacks⁸ em tese de 1941.

³ Cfr. *Gramática Histórica Galega*: I – *Fonética e Morfosintaxe*, 4.^a ed [a 1.^a é de 1995], Santiago de Compostela, Edicións Laiovento, 1999; II – *Lexicoloxía*, *ibid.*, 1997.

⁴ Cfr. “Studien zur Vorgeschichte einer romanischen Tempuslehre”, in *Sitzungsberichte der Kaiserlichen Akademie der Wissenschaften in Wien*, vol. CLXXII.

⁵ Cfr. *Boletim de Filologia*, XIV, Univ. de Lisboa, 1953, pp. 160-167, 314-317, 317-321.

⁶ Muitas fontes manuscritas importantes têm sido trazidas para fora dos arquivos por mestrandos de História. Cfr. Sérgio Lima, *O Mosteiro de S. Simão da Junqueira*, 2 vols., Porto, Fac. de Letras, 1993 [dactilografada]: o II vol. contém 333 docs., desde 973 até ao séc. XIII, alguns transcritos também nos *Diplomata et Chartae* dos PMH ou nos *Documentos Medievais Portugueses*, Cláudia M. N. da Silva Ramos, *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães*, 2 vols., Porto, Fac. de Letras, 1991 [dactilografada]: o II vol. reúne 400 docs., desde 950 até 1250, do ANTT, *Livro de Mumadona*, Arquivo Distrital de Braga, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, alguns deles transcritos no *Dipl. e Chartae*, em *Vimaranis Monumenta Historica* ou nos *Docs. Medievais Portugueses*. Outras colectâneas documentais já publicadas podem ver-se na bibliografia destas duas obras, pelo que acho dispensável alongar esta nota.

⁷ Cfr. H. Monteagudo, cit. por Dolores Vilavedra, *Historia da literatura galega*, Vigo, Galaxia, 1999, p. 68.

⁸ Cfr. *The latinity of dated documents in the portuguese territory*, Philadelphia, 1941, pp. VI e 174-175, em que se citam outras fontes restritas.

Além de Gamillscheg, A. Cortesão, João Pedro Ribeiro nas *Dissertações cronológicas e críticas* e Pedro de Azevedo na *Revista Lusitana*, a fonte principal centrou-se nos *Diplomata et Chartae* e *Leges et Consuetudines*, dois tomos dos *PMH*, a célebre compilação de Herculano, o que confinou bastante a pesquisa. Cartulários valiosos ficaram por consultar, entre eles o maior e mais importante, que é o *Liber Fidei*, do Cabido da Sé bracarense, de cujos 953 documentos os *Diplomata et Chartae* tão-só transcrevem 66, os que Sacks pôde indirectamente analisar. Não admira, porém, tal limitação, dado que a edição crítica que facultou aos eruditos o cartulário que hoje se guarda no Arquivo Distrital de Braga, notabilíssimo entre os congêneres europeus, apenas nos deu o I vol. em 1965 para terminar com o III em 1990.

Entretanto esta dificuldade não desculpará totalmente, porque, segundo escreve o P. Avelino de Jesus da Costa⁹ no prefácio desta edição crítica, ao *Liber Fidei* recorreram muitos historiadores nacionais e estrangeiros, entre os quais D. Frei Prudêncio de Sandoval, Henríque Flórez, Manuel Risco, Cláudio Sánchez Albornoz, Carl Erdmann, A. E. Reuter, Vásquez de Parga, Pierre David, Emílio Sáez, A. G. Ruiz-Zorilla, Demetrio Mansilla, etc. Contudo Norman Sacks, quero destacá-lo, presenteou-nos com quase 200 pp. ricas de informes pertinentemente esquematizados não só em capítulos de fonética e morfologia, como ainda de sintaxe e de pormenores do léxico. Este, nomeadamente, fornece-nos cerca de 490 palavras nos 100-150 anos anteriores ao 1.º documento em galego-português, e umas 43 se alongarmos o tempo para dois séculos atrás, embora nem todas na sua fase evolutiva terminal.

Por obra e graça de perquisições deste jaez, a língua galaico-portuguesa estará proxima-mente em vias de acrescentar mais dois séculos à sua idade, ascendendo assim ao milénio; e por conseguinte colocando-se etariamente ao lado do espanhol, que o celebrou creio que em 1977, por ocasião das comemorações festivas de San Millán de la Cogolla e da edição fac-similar do códice *Aemilianensis 60*, da Bibl. da Academia da História, de Madrid. E o curioso é que neste retrogradar das origens, tanto vale aceitarmos a “dupla norma linguística” que, segundo Menéndez Pidal¹⁰, perviveu durante o longo percurso peninsular na Alta Idade Média até à evidenciação mais palpável do romance após a reforma gregoriano-cluniacense, como terçar armas pela opinião de Rog. Wright contra a visão tradicional de que já desde o séc. VII vigoravam duas línguas distintas, o latim e o falar romance do povo, o que, de acordo com este hispanista britânico, só aconteceu após a dita reforma.

2. O meu interesse pelos cartulários, que se estende obviamente a todos os escritos do latim tardio e do latim cristão, remonta a cerca de duas décadas e assemelha-se ao de certas clínicas empenhadas na descoberta e aplicação do elixir de longa vida. Simplesmente, neste caso da língua galego-portuguesa e semelhantes, a tentativa de prolongamento concretiza-se pela retrogradação e não pelo adianto prospectivo. Paradoxalmente, porém, quanto mais se recua, mais se avança quer na dita historiografia linguística pela sua complementação proto-histórica, quer nos primórdios para-históricos de um idioma acerca do qual as gramáticas históricas, apesar da vasta informação morfológica, fonética ou léxico-semântica, só nos propinam geralmente dados em segmento estático, o que resulta da falta de atenção à vivencialidade sintagmática do *continuum* linguístico interpretado por elas fragmentariamente. O texto, em contrapartida, é um documento vital que surpreende a língua no seu *fieri*, a língua que, antes de ser, já o era.

Naturalmente que os apaixonados pela proto-história das línguas, ou duma língua, não são daqueles que se convenceram de que as estradas da evolução idiomática se encontram sempre

⁹ Cfr. *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, Braga, Junta Distrital, 1965/1978/1990, o Iº, IIº e IIIº vols. respectivamente.

¹⁰ Cfr. R. Menéndez Pidal, *Orígenes del Español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*, 9.ª ed., com base na 3.ª e algs. acréscimos [a 1.ª é de 1950], Madrid, Gredos, 1980; R. Wright, *Late Latin and early romance in Spain and carolingian France*, Liverpool, 1982 [trad. esp., Madrid, Gredos, 1989].

pejadas de dados glotocronologicamente assinaláveis, quais marcos miliários com inscrições espaço-temporais precisas. Mas também não serão como os condenados do inferno de Dante, perdidos de “ogni speranza” de se assenhorearem de mais uns quantos para além dos que a história das línguas logrou repertoriar-lhes.

No entanto, trata-se de uma encruzilhada de investigação em que amiúde confluem, não para desorientação e ambiguidade, mas para aclaração e enditescimento, a sociolinguística histórica, a pragmática e a dialectologia. Por outro lado, depara-se com conjuntos muito vastos de documentação cuja leitura requer, iteradas vezes, conhecimentos antecipados de paleografia e diplomática, quando não de codicologia e vários apetrechamentos filológicos. Perante tais dificuldades, a organização de equipas de trabalho seria o ideal. Contudo, em face da aridez das matérias, os obstáculos avolumam-se, restando em nutrida parte dos casos o devotamento individual, inclusive o sugerido para teses de mestrado, como as registadas na nota 6, ou mesmo de doutoramento, com temática passível de integrar-se num tratamento textual de conjunto.

Muitos problemas todavia mantêm-se como tais, enquanto na cadeia da evolução se topa com ausência de elos intermediários. Exemplifiquemos. Não custa demasiado, salvo excepções, comprovar a rota evolutiva das formas verbais latinas que desembocaram nos tempos verbais simples do romance, em contraste com as daqueles que apelidamos de compostos, seja na activa seja na passiva, engendrados que foram por substituição ou acomodação. No entanto, o infinitivo flexionado, tão característico do galego-português, sem deixar de ser simples, mantém desde há mais de um século certa complicação de opiniões a respeito da sua origem, em cujo leque entram Diez, Wernekke, Richard Otto, Meyer-Lübke, Adolfo Coelho, José Maria Rodriguez, J. Leite de Vasconcelos, Carolina Michaelis, Maurer, Hampejs, Gondar¹¹.

2.1 Sem pretender trazer este caso curioso à colação, dado que qualquer compêndio mais desenvolvido o trata, peço vênica para argumentar com a voz bastante postergada dos cartulários e outras fontes manuscritas.

Nos *Diplomata et Chartae* dos *PMH*, que Norman P. Sacks¹² conheceu:

“et intrarunt in placito testimoniale pro in tertio die *darent* testes sicut et fecerunt” (doc. 118, de 1004) ;

“non auerunt illos unde *darent* ipso pario” (doc. 133, de 1012);

“superuenerunt fratres de Vakariza in recardanes pro *decernirent* hereditatem que hic habebant” (doc. 147, de 1018);

“et non auerunt illos unde *daren*” (doc. 232, de 1052).

Em *O Mosteiro de S. Simeão da Junqueira*¹³, vol. II – *Colecção Documental*:

a) “tantum a nobis bene complacuit et de pretio apud vos non remansit in debitum pro *dare*” (doc. 36, de 1090);

b) “tantum nobis bene complacuit et in debitum nichil vobis remanserit pro *dare*” (doc. 77, de 1124);

c) “et de pretio apud vos non remansit in debito pro *dare*” (doc. 79, de 1127).

¹¹ Cfr. Joseph Hüber, *Gramática do português antigo* [trad. de *Alportugiesisches Elementarbuch*, Heidelberg, 1933], Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, pp. 205-210; Ismael de Lima Coutinho, *Gramática histórica*, 7.^a ed. revista, Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1977, pp. 278-279; T. H. Maurer, “O infinitivo flexionado pessoal e impessoal”, *Revista Brasileira de Filologia*, 3 (1957), pp. 19-57; id., *O infinitivo flexionado português (Estudo histórico-descritivo)*, Edit. Nacional, São Paulo, 1968; Z. Hampejs, “Alguns problemas do infinitivo conjugado no português”, *Boletim de Filologia*, 18 (1959), pp. 177-194; F. G. Gondar, *O infinitivo conjugado galego*, Anexo 13 de *Verba*, 1978; Xosé Ramón Freixieiro Mato, *Gramática da língua galega, II-Morfosintaxe*, Vigo, Edicións A Nossa Terra, 2000, pp. 387-404.

¹² Cfr. o. c., na nota 8, p. 74.

¹³ Vd. nota 6, supra.

Em *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães*¹⁴, vol. II – *Colecção Documental*:

- a) “totum istud nobis placuit et precio in debito pro *dare* apud vos nichil remansit” (doc. 179, de 1199);
- b) “et de precio apud vos nichil remansit pro *dare*” (doc. 167, de 1196);
- c) “et de precio non remansit apud te in debito pro *dare*” (doc. 71, de 1156).

No *Liber Fidei*¹⁵, vol. I:

- a) “que auiamos vobis a *dare*” (doc. 53, de 1047);
- b) “accepimus de vobis... et de pretio non remansit pro *dare*” (doc. 78, de 1044);
- c) “et accepi de vobis in offretione pro ipsa carta *confirmare*” (doc. 201, de 1072).

Numa brevíssima amostragem, creio haver aqui matéria suficiente de reflexão acerca da gênese do infinitivo pessoal e impessoal. Ismael de Lima Coutinho admira-se, na sua *Gramática histórica* ao citar Joseph Hüber a propósito do infinitivo flexionado, por ele apresentar um testemunho concernente de certo manuscrito do ano 1000. Ora, aqui ficam vários testemunhos, a que espero ajuntar outros de similar procedência. Esta incursão rápida, todavia, redundou também no encontro de palavras do protogalego-português que a pesquisa de Norman P. Sacks, importante mas um tanto confinada, como atrás se viu, não inclui no seu elenco final: *bezerra* (ano 999); *vaca* (908); *porcos* (908); *porca* (1054); *manto* (953); *manta*, *saial* (1020); *casas*, *cubos*, *cubas* (905); *cavallus* (870); *cavallo bai* (947); *cavalos de furto* (931); *lenços* (1050); *bever* (1043); *panos* (956); *riba* (976); *salvador* (1044); *cavallo* (1074); *confirmada* (1047); *nomeadamente* (1172). Sem embargo de estas datas poderem recuar no tempo, na sequência de consultas ampliadas, que urgem antes que lexicólogos mais afoitos mas corrijam¹⁶.

Por outro lado, onde e de que modo assinalar o percurso, por exemplo ainda, do futuro imperfeito e do condicional com que deparamos em textos como a *Peregrinatio Aetheriae*¹⁷, até às formas que ostentam as nossas gramáticas? Abrem-se-nos trajectos com fossos que necessitamos de percorrer, mas só depois de os colmatar devidamente. Por outros termos: há não poucas cadeias diacrónicas evolutivas pontilhadas de asteriscos. Quem, se não a proto-história, terá melhor capacidade para diminuir ou substituir estas estrelas da ignorância linguística? Mais: nos dicionários etimológicos, quantos vocábulos conclamam ainda por datação identificatória ou se nos manifestam disfarçadamente por uma espécie de afeiçoamento paleontológico? O verbo “esse” latino e o “ire” esposaram-se no pretérito perfeito do indicativo, conúbio funcional vindo de épocas bem recuadas. Em que manuscritos será possível registrar-lhe a sucessivamente acentuada geminação semântica? Outro tanto se diga dos inúmeros fenómenos de lexicalização e deslexicalização que imperceptivelmente ganharam jus de cidade. Mas basta de questionações.

2.2 E já agora, não vá quedar tudo isto experiencialmente menos comprometido, seja-me lícito dar conhecimento de, entre outros, dois trabalhos já publicados e com motivações em pesquisas cartulárias. Um teve por base apenas o *Liber Fidei*, o nosso mais célebre cartulário, já acima referido, e visou analisar os vislumbres de comportamento morfossintáctico do galego-português

¹⁴ Vd. id., *ibid.*

¹⁵ Vd. obra citada na nota 9.

¹⁶ Aproveito estas linhas de glotocronologia para relevar obras de altos méritos como a de Corominas e de José Pedro Machado, ambos com dicionários de grande fôlego, assim como a de Ramón Lorenzo, sobretudo nas magistrais edições críticas da *Crónica Troiana* (1985) e da sua tese doutoral de 1966 cujo II volume, o *Glosario* (1977) é um repositório riquíssimo de dados de incontestável interesse, mesmo para a fase proto-histórica do galego-português.

¹⁷ Cfr. Hélène Pétré, *Ethérie – Journal de voyage*, Paris, Les Éditions du Cerf, 1971, pp. 98, 110, 192.

antes dos seus textos escritos¹⁸. Está em jogo uma pesquisa a carecer de alongar-se por quase três quartos de século, visto ainda não passar além da década de 1130. Apostou-se, por assim dizer, ao contrário de Norman P. Sacks, na capacidade informativa de um único acervo de manuscritos quanto à finalidade em vista.

O outro, com o apoio igualmente do cartulário¹⁹ do Mosteiro de Grijó, estudou as vicissitudes dos verbos *ter* e *haver* relacionadas com aspectos esclarecidos pela sociolinguística, desde a preponderância de *habere* no latim clássico em face de *tenere*, ou as variantes de ocupação elocucional de finais do Império e na Alta Idade Média até à época do feudalismo, durante a qual, como já intuía Jean-Claude Chevalier noutros lugares, na região que iria ser Portugal os espaços se disputam para uma tomada de posições vitoriosas do verbo *ter* e um recuo cada vez mais pronunciado do verbo *haver*: aquele, preferido pelos tabeliães no registo de emprazamentos; este, quando estava em jogo a posse de raiz senhorial e não somente o usufruto das gentes foreiras²⁰. Enfim, abordagens naturalmente protolinguísticas do idioma que fez da Galécia uma unidade primeva, explicitada ainda hoje de muitos modos.

Minhas Senhoras e meus Senhores:

A linguística histórica conta no seu palmarés, para me servir de um termo desportivo, inúmeras e notáveis conquistas, mais decerto em Espanha do que em Portugal. No que respeita a proto-história e a uma protogramática, há contributos valiosos de ambos os lados da raia seca e da raia molhada do rio Minho.

Trouxe aqui uns magros subsídios e um pouco de calor afectivo por uma época em que a língua galega e a língua portuguesa eram um só e o mesmo idioma. E termino com um parágrafo autorizado de Ramón Lorenzo²¹: “As relacións foron intensas nos primeiros tempos entre a Galiza e Portugal, ainda que non sempre con total harmonia, e para nós resulta de sumo interesse estudar esta interconexión entre as dúas comunidades lingüísticas absurdamente separadas pela estulticia dos nosos antepasados”.

Este trabalho resume uma “ponencia” no III Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística (Univ. de Vigo, 7-10 de Fev. de 2001).

Muito obrigado a todos*!

¹⁸ Cfr. Amadeu Torres, “O *Liber Fidei* e o seu contributo para uma protogramática do português”, *Theologica*, miscelânea em honra do Prof. Avelino de Jesus Costa, Univ. Católica Portuguesa, Fac. de Teologia, Braga, 1993, pp. 343-352.

¹⁹ Cfr. *Le Cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó*, introduction et notes de Robert Durand, Paris, Centro Cultural Português, 1971 [são 314 docs., desde 1139 a 1264].

²⁰ Amadeu Torres, “Vicissitudes morfossemânticas do léxico: os verbos *tenere* e *habere* em dois velhos cartulários”, *Pensamiento Medieval Hispano*, Homenaje a Horacio Santiago-Otero (2 vols.), Madrid, C.S.I.C., I, 1998, pp. 645-658).

²¹ Cfr. “Documentos portugueses de Montederramo”, *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. II, Lisboa, APL, 1997, pp. 135-156 [a cit. remata este erudito estudo].

* Este trabalho resume uma “ponencia” no III Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística (Univ. de Vigo, 7-10 de Fev. de 2001).